

# CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



## PROCURADOR

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

**CARGO: PROCURADOR**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Corrupção: um desafio do mundo globalizado**

Desde nossos ancestrais aos líderes modernos, a corrupção é um desafio para toda a humanidade, uma vez que esse termo sempre esteve presente na ação cotidiana dos seres humanos.

De acordo com relatos e escritos, a corrupção existe, desde antes, mesmo, da dinastia egípcia e ainda persiste em quase todos os países do mundo, até hoje. Nota-se que a corrupção pode ser tão antiga quanto a história humana.

A Primeira Dinastia (3100-2700 a.C.) do antigo Egito observou corrupção em seu judiciário e no enriquecimento de alguns Faraós que exploravam a mão de obra de indivíduos com menos recursos financeiros. A prática corruptiva também era encontrada na China antiga, na Macedônia, em Chipre e em muitas outras regiões.

Olhando através da história, a corrupção parece inevitável.

Batalhas foram travadas pela disputa de poder. Há registro, nos livros de histórias, de que atos de corrupção facilitaram a ascensão de impérios e governantes, muito antes do marco zero de nossa contagem temporal. Desde a origem da humanidade, sociedades foram dizimadas pelos efeitos vorazes das artimanhas, com a finalidade de obtenção de vantagens ilegais e ilícitas.

Por intermédio de procedimentos de “boa governança”, entes públicos e privados, ao redor do planeta, estão criando ferramentas para conter a corrupção, de maneira prioritária. Estão sendo implementados programas anticorrupção específicos para ajudar os governos a resolver seus problemas internos de desvirtuamento dos procedimentos humanos. Além disso, várias agências bilaterais de desenvolvimento têm colocado esforços anticorrupção no topo de suas políticas e procedimentos.

Verifica-se que muitos cidadãos reclamam e questionam a postura de políticos e de membros da alta gestão de nosso país; porém, quando têm a oportunidade, essas mesmas pessoas deixam de emitir notas fiscais; esquivam-se dos pagamentos de tributos; não declaram seu imposto de renda com fidedignidade; tentam subornar agentes públicos para evitar multas; falsificam carteirinha de estudante; adulteram atestados médicos; furam fila; acessam TV a cabo, sem realizar o contrato com a operadora (apropriação indevida de sinal); registram o ponto no trabalho de maneira irregular e/ou pelo colega, entre várias outras atitudes que, mesmo simbólicas ou pequenas, prejudicam, ao longo passo, toda a sociedade.

O combate à corrupção, portanto, deve ser acompanhado do fortalecimento do Estado de Direito, da boa governança e da construção de instituições fortes que, por sua vez, serão a base e o alicerce para o desenvolvimento sustentável de todo o mundo.

Atitudes corruptas não são meros pormenores ou detalhes. Muito pelo contrário, são desvios que causam impactos severos, inclusive, na moral social, concernindo na vida das pessoas. É necessário ultrapassar os regulamentos, as sanções e as punições.

Cada indivíduo de nosso mundo, cada brasileiro, é chamado, todos os dias, a respeitar e cumprir com seus deveres, o que nem sempre é fácil, especialmente, em tempos difíceis e diante de tantos dilemas a serem faceados. Assim, o desafio cotidiano e diário do combate à corrupção está na mudança positiva, na metamorfose assertiva de condutas, costumes, culturas e comportamentos de cada um de nós.

(Elise Eleonore de Brites. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/governan%C3%A7a-uma-boa-pratica/379136/corruptao-um-desafio-do-mundo-globalizado>. Acesso em: 28/12/2022. Adaptado.)

**Questão 01**

**O título dado ao texto permite reconhecer:**

- A) Antecipação do assunto.
- B) Argumento utilizado no texto.
- C) Idealização do conceito de globalização.
- D) Síntese dos argumentos que serão apresentados.

**Questão 02**

**Pode-se afirmar que a introdução do texto é estruturada a partir de:**

- A) Predominância de marcas narrativas.
- B) Utilização de tipos diferentes do discurso.
- C) Argumento seguido de contra-argumento.
- D) Problematização do tema e apresentação da tese.

**Questão 03**

**Considerando as informações e ideias apresentadas, NÃO é possível afirmar que:**

- A) Confrontos referentes à corrupção são inevitáveis, assim como a constatação de sua existência.
- B) Atitudes simples do cotidiano foram citadas no texto para comprovar a tese apresentada e defendida.
- C) A autora, observando a clareza e a objetividade textuais, produz um texto predominantemente expositivo.
- D) A autora do texto afirma e desenvolve a ideia de que existem diferentes atores envolvidos no desenvolvimento de ações relacionadas à corrupção.

**Questão 04**

**Observando-se a aplicação da concordância de acordo com a norma padrão da língua, assinale a alteração cuja correção gramatical foi mantida (desconsidere possível alteração semântica).**

- A) “Há registro, nos livros de histórias, [...]” (5º§) / “Havia registros, em livros de histórias [...]”
- B) “[...] esquivam-se dos pagamentos de tributos; [...]” (7º§) / “[...] esquivam-se do pagamento de tributo; [...]”
- C) “Batalhas foram travadas pela disputa de poder.” (5º§) / “Houveram batalhas travadas na disputa pelo poder.”
- D) “[...] sociedades foram dizimadas pelos efeitos vorazes das artimanhas, [...]” (5º§) / “[...] “Dizimou-se as sociedades à efeitos vorazes das artimanhas, [...]”

**Questão 05**

Considerando-se a relação de dependência que se estabelece entre duas palavras de uma mesma oração em *“Assim, o desafio cotidiano e diário do combate à corrupção [...]”* (10º§), pode-se afirmar que:

- A) A regência verbal, nesse caso, exige o emprego da preposição “a” que se associa ao artigo feminino “a”.
- B) A obrigatoriedade do acento grave, indicador de crase, ocorre – também – em decorrência da relação indicada no enunciado.
- C) Caso o vocábulo “corrupção” já tivesse sido introduzido no texto e fosse, nesse trecho, substituído por “ela”, teríamos a expressão “à ela”.
- D) Havendo substituição incondicional do vocábulo regido “corrupção” a preposição que o antecede será preservada assim como a obrigatoriedade do acento grave.

**Questão 06**

Em relação à expressão destacada em: *“Desde nossos ancestrais aos líderes modernos, a corrupção é um desafio para toda a humanidade, uma vez que esse termo sempre esteve presente na ação cotidiana dos seres humanos.”* (1º§), pode-se afirmar que:

- A) Produz efeito de sentido relativo à temporalidade da ideia anterior.
- B) Pode ser substituída sem prejuízo semântico ou gramatical por “porque”.
- C) Poderia ser substituída pela expressão “vez que” de acordo com a norma padrão da língua.
- D) Trata-se de uma locução conjuntiva que expressa a razão da ideia apresentada anteriormente.

**Questão 07**

Sabendo-se que a norma padrão da língua promove a observação não apenas de regras gramaticais, mas também da coesão e coerência textuais para que a mensagem textual atinja o objetivo comunicacional determinado, assinale, a seguir, a reescrita do trecho destacado em que tais observações foram adequadamente consideradas. *“Estão sendo implementados programas anticorrupção específicos para ajudar os governos a resolver seus problemas internos de desvirtuamento dos procedimentos humanos.”* (6º§)

- A) Programas anticorrupção específicos, estão sendo implementados, para ajudar os governos a resolver seus problemas internos de desvirtuamento dos procedimentos humanos.
- B) Com o objetivo de ajudar os governos a resolver seus problemas internos de desvirtuamento dos procedimentos humanos, programas anticorrupção específicos têm sido implementados.
- C) Programas anticorrupção específicos estão sendo implementados com o fim de facilitar aos governos a resolver seus problemas internos de desvirtuamento dos procedimentos humanos.
- D) Estão sendo implementados programas anticorrupção específicos, tais programas visam à ajudar governos a resolver seus problemas internos de desvirtuamento dos procedimentos humanos.

**Questão 08**

Considerando a linguagem empregada e os efeitos de sentido dos vocábulos e expressões produzidos no contexto apresentado, pode-se afirmar que:

- A) O texto pode ser considerado de caráter literário já que ocorre o predomínio da linguagem conotativa na estruturação das ideias apresentadas.
- B) Embora não possa ser considerado um texto literário, podem ser observados alguns vocábulos e expressões que exemplificam o emprego da linguagem conotativa.
- C) O efeito conotativo visto no texto apresentado independe das combinações de sentido, ou seja, do contexto apresentado, já que o vocábulo traz em sua carga semântica tal significação.
- D) Por se tratar de um texto informativo acerca de um assunto de relevância para a sociedade, o emprego exclusivo da linguagem denotativa assegura-lhe a credibilidade pretendida diante do interlocutor.

**Questão 09**

Leia os parágrafos destacados a seguir:

*“Atitudes corruptas não são meros pormenores ou detalhes. Muito pelo contrário, são desvios que causam impactos severos, inclusive, na moral social, concernindo na vida das pessoas. É necessário ultrapassar os regulamentos, as sanções e as punições.*

*Cada indivíduo de nosso mundo, cada brasileiro, é chamado, todos os dias, a respeitar e cumprir com seus deveres, o que nem sempre é fácil, especialmente, em tempos difíceis e diante de tantos dilemas a serem faceados. Assim, o desafio cotidiano e diário do combate à corrupção está na mudança positiva, na metamorfose assertiva de condutas, costumes, culturas e comportamentos de cada um de nós.”* (9º§ e 10º§)

Os vocábulos destacados apresentam significação de acordo com o contexto, indicada em (considere a sequência em que aparecem no texto):

- A) ensejando; rompidos; construtiva.
- B) conferindo; dilacerados; restritiva.
- C) tangendo; defrontados; verdadeira.
- D) confrontando; descobertos; compulsiva.

**Questão 10**

Quanto ao uso de alguns sinais gráficos referentes à pontuação, assinale a afirmativa correta.

- A) Em *“O combate à corrupção, portanto, deve ser [...]”* (8º§), o uso de vírgulas é obrigatório devido à ordem indireta da estrutura frasal.
- B) Em *“Por intermédio de procedimentos de ‘boa governança’, [...]”* (6º§), a vírgula foi empregada para separar orações independentes, ou seja, coordenadas.
- C) Em *“[...] nem sempre é fácil, especialmente, em tempos difíceis e diante de tantos dilemas a serem faceados.”* (10º§), as vírgulas separam o adjunto adverbial conferindo-lhe ênfase na construção do enunciado.
- D) Em *“A prática corruptiva também era encontrada na China antiga, na Macedônia, em Chipre e em muitas outras regiões.”* (3º§), as vírgulas têm seu emprego justificado devido ao destaque dado intencionalmente pela enunciação à localização “Macedônia”.

**Questão 11**

Identifica-se corretamente como motivo discursivo para o emprego de aspas em “boa governança” (6º§):

- A) A indicação de sentido contrário ao original próprio da expressão em destaque.
- B) A introdução de uma crítica às ações citadas no período em que a expressão está inserida.
- C) Referenciação de uma citação destacando a manutenção de ideia introduzida anteriormente.
- D) Destaque para uma expressão que se refere a um conceito em torno do qual gravitam ideias apresentadas.

**Questão 12**

Sobre acentuação, pode-se afirmar que:

- A) O vocábulo “*corrupção*” exige o uso do acento gráfico indicando a tonicidade da última sílaba.
- B) Em “*à corrupção*” o acento tônico indica tanto a regência verbal quanto a tonicidade do vocábulo.
- C) O vocábulo “*é*” trata-se de uma forma verbal; a omissão do acento gráfico promoveria a alteração de sua classe gramatical.
- D) Os vocábulos “*fácil*” e “*diário*” possuem a mesma justificativa para o emprego do acento gráfico: o número de sílabas e ocorrência de hiato.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Questão 13**

A Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre estabelece regras claras quanto ao quórum necessário para as deliberações, que serão tomadas por maioria de votos, desde que presentes mais da metade de seus membros. Serão necessários dois terços dos membros da Câmara a aprovação das seguintes matérias, EXCETO:

- A) Emenda à Lei Orgânica.
- B) Estatuto dos Servidores Públicos.
- C) Perdão de dívida ativa, admitida em caso de calamidade.
- D) Modificação de denominação de logradouro público com mais de dez anos.

**Questão 14**

Sobre a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, assinale a afirmativa correta.

- A) A concessão de serviço público será feita mediante contrato, sempre a título precário e precedida de licitação.
- B) A remuneração do vice-prefeito não poderá ultrapassar o limite de sessenta por cento da remuneração do Prefeito.
- C) O Vereador que fixar residência fora do município terá o mandato cassado, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- D) O Município poderá criar, mediante lei, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, empresa para a execução de obras municipais que, comprovadamente, represente economia para o Município.

**Questão 15**

Considerando as disposições contidas na Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre sobre os servidores públicos municipais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Maria, aprovada em concurso público realizado pelo Município de Pouso Alegre para o cargo de dentista, com resultado final homologado em 20/11/2019, cuja validade fora prorrogada para até 20/11/2023, terá prioridade em assumir o cargo, em detrimento de João, aprovado no último concurso realizado, para o cargo de dentista, homologado em 14/08/2023.
- ( ) Sara, contratada para atuar no Programa Saúde da Família (PSF) como enfermeira, terá seu contrato vigente por doze meses, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez.
- ( ) Fernando, servidor público municipal investido em mandato de Vereador do Município de Pouso Alegre, será afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração, independentemente de compatibilidade de horários.
- ( ) Helena, professora do sistema municipal de ensino, poderá cumular dois cargos públicos remunerados de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, V.

**Questão 16**

A Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre estabelece, em seu Art. 38, que “as Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público ou a outra autoridade competente, para que promova a responsabilidade civil ou criminal do infrator”. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, por sua vez, detalha os procedimentos para instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito, sobre a qual é correto afirmar que:

- A) A nomeação da Comissão Parlamentar de Inquérito e indicação dos demais atos necessários dar-se-ão por decreto legislativo promulgado pelo Presidente da Câmara.
- B) O requerimento de formação da Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ser subscrito por dois terços dos membros da Câmara, indicando a finalidade devidamente fundamentada e seu prazo de funcionamento.
- C) Se o número de membros indicados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito for superior ao número de vagas previstas em Regimento Interno, far-se-á sorteio dentre os nomes indicados, se inferior, caberá ao Presidente da Câmara fazer a indicação.
- D) A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por cinco membros, cabendo aos líderes de partidos indicarem, no prazo fixado pelo Presidente, através de ofício protocolado na Secretaria da Casa e em seu horário de expediente, os Vereadores que irão compor a Comissão. A cada partido é facultado indicar até dois nomes.

**Questão 17**

Considerando o processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, à luz da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se o denunciante for Vereador, este ficará impedido de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, votar a denúncia. Sendo o denunciante o Presidente da Câmara, este passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento.
- II. De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.
- III. Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de dez dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de quinze dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez.
- IV. Estando o denunciado ausente do Município, a notificação se dará por edital, publicado três vezes, no órgão oficial, com intervalo de dois dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.
- V. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.
- VI. O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, III e V.
- B) II, V e VI.
- C) I, IV e VI.
- D) IV, V e VI.

**Questão 18**

O Presidente da Câmara Municipal, responsável regimentalmente por “superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos”, com o objetivo precípuo de prejudicar o Prefeito Municipal, seu adversário político, retarda a votação de determinado projeto de lei, de interesse da Administração Municipal. Nesse cenário, o Presidente da Câmara Municipal, considerando as disposições do Código Penal, responderá pelo crime de:

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Prevaricação.
- D) Condescendência criminosa.

**Questão 19**

Considerando as licenças previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre conferidas aos Vereadores, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Em caso de licença-gestante, a licença seguirá os mesmos prazos e condições estabelecidos para os funcionários públicos municipais.
- B) Se por motivo de doença devidamente comprovada, a licença far-se-á através de comunicação subscrita pelo Vereador e dirigida ao Presidente da Câmara, que dela dará imediato conhecimento ao Plenário.
- C) Para tratar de interesse particular, sem remuneração, o Vereador deverá apresentar requerimento escrito submetido à deliberação do Plenário, considerando-se aprovado pelo quórum da maioria absoluta.
- D) Para desempenhar missões temporárias de interesse do Município, o Vereador deverá apresentar requerimento escrito submetido à deliberação do Plenário, considerando-se aprovado pelo quórum da maioria simples.

**Questão 20**

Sobre as competências privativa, comum e concorrente, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre educação.
- B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente.
- C) Compete privativamente à União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais.
- D) Os Municípios poderão legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União, quando autorizados por lei complementar federal.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CONHECIMENTOS DO CARGO**

**Questão 21**

A Mesa da Câmara Municipal tomou conhecimento de ação popular ajuizada em face de suposto ato lesivo ao patrimônio público em decorrência de processo licitatório realizado pela Casa. A respeito de tal ação constitucional, assinale a afirmativa correta.

- A) Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.
- B) A ação direta de inconstitucionalidade constitui sucedâneo da ação popular constitucional.
- C) O Supremo Tribunal Federal dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra ato emanado do Presidente da República.
- D) A não ser quando há comprovação de má-fé do autor da ação popular, não pode ele ser condenado nos ônus das custas judiciais, não sendo tal entendimento, contudo, extensível aos ônus da sucumbência.

**Questão 22**

**Petrúcio, Procurador da Câmara Municipal de Pouso Alegre, recebeu os seguintes expedientes para análise e emissão de parecer jurídico:**

- I. Proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, de iniciativa de três por cento do eleitorado do município, foi discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e considerada aprovada por ter obtido, em ambos, o voto favorável de maioria absoluta dos membros da Câmara.
- II. Emenda à Lei Orgânica, devidamente aprovada pelo rito procedimental previsto, foi submetida à promulgação do Prefeito, que providenciou a aposição do respectivo número de ordem e publicação no Diário Oficial.
- III. O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado acerca das contas do Prefeito Municipal foi rejeitado mediante deliberação da maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

**Após análise dos itens, tendo como norte a Lei Orgânica Municipal (LOM), Petrúcio concluiu corretamente que:**

- A) Apenas um dos itens fere a LOM.
- B) Dois dos itens ferem a LOM.
- C) Os três itens ferem a LOM.
- D) Os três itens estão de acordo com a LOM.

**Questão 23**

**No ano de 2033, o Prefeito recém-eleito de Pouso Alegre decide propor a criação da guarda municipal, uma vez que o órgão havia sido extinto na gestão anterior. Considere que, no momento de tal proposição, o regramento jurídico atualmente dado ao assunto não sofreu quaisquer alterações. Considerando o caso hipotético, de acordo com as disposições da Lei Orgânica e da Constituição Federal de 1988, assim como os entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que**

- A) o projeto de lei em apreço é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal.
- B) a Carta Magna prevê literalmente a possibilidade da guarda municipal desempenhar atividades ostensivas ou investigativas, em caráter subsidiário às polícias militar e civil.
- C) a guarda municipal, se criada, terá autonomia funcional, administrativa e financeira, por se tratar de órgão de segurança pública incluído em rol taxativo da Constituição Federal, incumbido do exercício da segurança pública.
- D) havendo dispositivo na lei que atribua porte de arma de fogo aos guardas municipais, este será inconstitucional, tendo em vista que a Constituição Federal permite tal porte apenas aos integrantes de guardas de municípios de mais de quinhentos mil habitantes.

**Questão 24**

**Tício, na condição de Procurador da Câmara Municipal, foi convidado a participar de seminário promovido pela Escola Legislativa. O tema definido para sua palestra aborda as previsões da Constituição Estadual de Minas Gerais acerca dos municípios mineiros. No dia da realização do evento, Tício foi indagado pelos vereadores presentes na Casa sobre o assunto. A vereadora Maria indagou a quem compete a convocação de sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, quando ocorrer intervenção em município. O Vereador Nicolau questionou a quem compete aprovar convênio intermunicipal para modificação de limites. A Vereadora Cássia, por sua vez, perguntou se é viável juridicamente o exercício da iniciativa de emenda à Constituição Estadual pelas Câmaras Municipais. As respectivas respostas corretas fornecidas por Tício foram no sentido de que**

- A) a convocação se dará pelo Procurador-Geral de Justiça; a competência é privativa do Governador; e, que não há previsão de iniciativa de emenda pelas Câmaras Municipais.
- B) a convocação se dará pelo seu Presidente; a competência é privativa da Assembleia; e, que é possível a iniciativa de emenda, caso, no mínimo, cem Câmaras Municipais se manifestem pela maioria de cada uma delas.
- C) a convocação se dará pelo seu Presidente; a competência é privativa do Governador; e, que é possível a iniciativa de emenda, caso, no mínimo, cem Câmaras Municipais se manifestem por um terço dos membros de cada uma delas.
- D) a convocação se dará pelo Governador do Estado; a competência é privativa das Câmaras envolvidas, em decisão colegiada; e, que é possível a iniciativa de emenda, caso, no mínimo, duzentas Câmaras Municipais se manifestem pela maioria de cada uma delas.

**Questão 25**

**No entendimento do Supremo Tribunal Federal, as investigações parlamentares podem figurar como ato preparatório ou auxiliar do processo legislativo e das demais ações do Poder Legislativo, na medida em que o direito ao conhecimento constitui pressuposto à realização de suas atividades deliberativas. Dentre as ferramentas investigativas e fiscalizatórias se inserem as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Sobre o tema, considerando o âmbito federal, é correto afirmar que:**

- A) A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito depende de deliberação de um terço do Plenário da respectiva Casa Legislativa.
- B) A CPI não detém atribuição para investigação de atos praticados em âmbito privado, ainda que revestidos de potencial interesse público.
- C) A instauração da CPI, tal qual ocorre na instauração de processo de *impeachment* do Presidente da República, depende de juízo e deliberação prévios pelo Presidente da Casa.
- D) A CPI possui permissão legal para encaminhar relatório circunstanciado não só ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, mas também a outros órgãos públicos, podendo veicular, inclusive, documentação que possibilite a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados.

**Questão 26**

Em 10 de março de 2029, em seu primeiro ano de mandato, o Prefeito recém-eleito de Pouso Alegre veio a falecer, vítima de infarto fulminante. Em 5 de junho de 2030, o vice-prefeito decidiu renunciar ao seu cargo. Considerando o caso hipotético apresentado e supondo-se que nas datas citadas o regimento jurídico do assunto seja o mesmo atribuído atualmente pela Lei Orgânica Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) Após a renúncia do vice-prefeito, assumirá o Executivo o Juiz de Direito da Comarca.
- B) O Executivo será assumido pelo Presidente da Câmara, que completará o período do mandato.
- C) O Presidente da Câmara assumirá o Executivo e, ato contínuo, far-se-á nova eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
- D) Responderá pelo expediente do Executivo o Procurador-Geral do Município, percebendo os subsídios do vice-prefeito até o término do mandato.

**Questão 27**

Sobre a repartição de competências constitucionais, pondere sobre os itens que se seguem.

- I. A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e no exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal.
- II. Viola a autonomia dos Municípios lei estadual que fixa o número de vereadores ou a forma como essa fixação deve ser feita.
- III. É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Após análise dos itens, conclui-se que

- A) uma assertiva está correta.
- B) duas assertivas estão corretas.
- C) todas as assertivas estão corretas.
- D) nenhuma assertiva está correta.

**Questão 28**

Segundo Carvalho Filho, consórcio público, regulado pela Lei Federal nº 11.107/2005, pode ser considerado espécie de convênio administrativo *lato sensu*, já que ambos são negócios jurídicos de direito público em que se estabelecem direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco, nos parâmetros constitucionais. Nesse sentido, os instrumentos jurídicos expressam a vontade de cooperação mútua dos pactuantes. Considerando-se as similitudes entre consórcios públicos (regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005) e convênios administrativos *stricto sensu*, bem como as especificidades que os individualizam, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Caso constituído sob a forma de associação pública, e, nos termos do contrato, o consórcio público poderá promover desapropriações, instituir servidões ou requisições administrativas nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

- B) Os consórcios públicos somente poderão efetivar-se mediante prévia subscrição do protocolo de intenções, o qual deverá ser ratificado por lei caso, ao momento do protocolo, o ente da Federação consorciado não tenha editado lei disciplinadora de sua participação no consórcio.
- C) Enquanto os convênios administrativos *stricto sensu* são ajustes firmados por pessoas administrativas (entidades estatais, autárquicas e paraestatais) entre si ou entre estas e entidades particulares, os consórcios públicos são celebrados entre pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- D) Diferentemente do que ocorre nos convênios administrativos *stricto sensu*, nos consórcios públicos, as partes pactuantes devem constituir pessoa jurídica sob a forma de associação pública ou de pessoa jurídica de direito privado. No primeiro caso, o consórcio integra a Administração Indireta de todos os entes da Federação consorciados.

**Questão 29**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições [...]”. Sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade planejada e transparente na gestão fiscal estatuídas na LRF, assinale a afirmativa correta.

- A) As disposições da Lei Complementar nº 101/2000 obrigam todos os entes da Federação, compreendendo todos os Poderes e o Ministério Público, à exceção dos tribunais de contas.
- B) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio, dos servidores públicos.
- C) Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração líquida do servidor, com as deduções e retenções, inclusive a redução para atendimento do teto constitucional. Essa despesa, no caso dos municípios, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida, sendo nulo de pleno direito o ato que não observe esse limite.
- D) O poder ou órgão que ultrapassar os limites legais com despesa total com pessoal e não conseguir eliminar o percentual excedente no prazo legal não poderá, enquanto durar o excesso, receber transferências voluntárias nem obter garantia, direta ou indireta, de outro ente, mas poderá contratar operações de crédito, inclusive as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

**Questão 30**

**Considerando a Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/1995), a Lei das Parcerias Públicas e Privadas (Lei nº 11.079/2004) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os contratos de concessão de serviços públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- B) É vedada a celebração de contrato de Parceria Público-Privada (PPP) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública, assim como não é permitida a celebração dessa espécie de contrato, cujo período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos e superior a trinta e cinco anos.
- C) Para que haja a delegação de serviço público a particulares por meio da celebração de contrato de concessão, tanto a comum quanto a especial, a legislação federal obriga a realização de licitação prévia nas modalidades concorrência ou diálogo competitivo, em razão do elevado valor envolvido nessa espécie de avença, de sua duração prolongada e da complexidade do objeto.
- D) Para que seja possível a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária de serviços públicos, além da idoneidade financeira, capacidade técnica, regularidade jurídica e fiscal, e o comprometimento em cumprir todas as cláusulas do contrato, é imprescindível a realização de licitação prévia, sob pena de violação ao princípio da imparcialidade, já que há modificação do contrato original.

**Questão 31**

**A empresa Sem Noção Ltda., seu sócio Marantes, a empresa Voo para o Sucesso Ltda., seu sócio Marcau e o agente público Medeibem da Câmara de Vereadores do município Y estão sendo acusados em uma ação civil pública por improbidade administrativa, que se encontra na fase de conhecimento. De acordo com a petição inicial, os representantes das empresas, com a ciência e colaboração do agente público, fraudaram o processo licitatório que tinha por objeto a aquisição de serviços de divulgação de atos oficiais e assinatura de jornais no município Y, em 2018. Na ocasião, foi relatado que os representantes legais das empresas apresentaram propostas de preço ideologicamente falsas, a fim de direcionar a licitação para uma das empresas, frustrando, assim, a licitude do processo. Considerando o caso hipotético, a Lei nº 8.429/1992 (LIA), alterada pela Lei nº 14.230/2021, e o entendimento do STF, assinale a alternativa correta sobre a improbidade administrativa.**

- A) A partir da nova redação da LIA, alterada pela Lei nº 14.230/2021, o ato de frustrar a licitude de processo licitatório, ainda que tenha havido efetivo e comprovado prejuízo ao erário, se amolda à categoria de violação a princípio da Administração Pública.
- B) Caso, no curso da ação, se evidencie conduta culposa dos réus, a nova redação da LIA, que revogou a modalidade culposa, nesta parte, se aplicará ao caso hipotético, por se tratar de norma mais benéfica aos réus, visto que não há condenação transitada em julgado.

- C) O novo regime prescricional previsto com a nova redação da LIA, qual seja, de oito anos a contar da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, se aplica ao caso, já que se trata de norma de natureza processual, cuja aplicação é imediata.
- D) Caso, no curso da ação, se evidencie conduta culposa dos réus, a nova redação da Lei de Improbidade Administrativa, quanto à revogação da modalidade culposa, não se aplicará ao caso hipotético, ainda que mais benéfica aos réus, em virtude de a LIA pertencer ao âmbito do direito administrativo sancionador, e não do direito penal. A nova norma aplica-se, portanto, apenas aos atos de improbidade ocorridos após a publicação da lei nova.

**Questão 32**

**Klaus foi contratado sem concurso público em 1986 pela Câmara de Vereadores do Município X para desempenhar, neste mesmo órgão, a função de assistente legislativo, lá permanecendo até a sua aposentadoria. Trúcia foi contratada sem concurso público pelo mesmo órgão em 1982 para desempenhar, também, a função de assistente legislativo, permanecendo neste órgão até a sua aposentadoria. Stanislau, técnico em contabilidade, concursado desde 2003 e que exerce cargo em comissão no gabinete de Vereador de mesmo Município, entrou em exercício no cargo efetivo de professor de escola da rede pública do Município Delta em 2021. Considerando as situações hipotéticas, assinale a correta situação jurídico-administrativa de cada agente público, à luz da Constituição da República do 1988 (CF/88) e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).**

- A) Klaus e Trúcia são considerados estáveis no serviço público como servidores públicos efetivos, já que foram contratados antes da Constituição do 1988. Stanislau não pode acumular tais cargos públicos por vedação constitucional, ainda que haja compatibilidade de horários.
- B) Klaus e Trúcia não são considerados estáveis, já que não é possível outorgar o direito de permanência a quem não foi nomeado por meio de concurso público. Stanislau pode acumular tais cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários, devendo, no entanto, ser observado o teto remuneratório constitucional quanto ao somatório dos ganhos percebidos pelo agente público em ambos os cargos, de modo que o excedente a tal limite seja descontado.
- C) Klaus e Trúcia são considerados estáveis no serviço público, já que, quando da promulgação da CF/88, possuíam mais de três anos continuados de efetivo exercício no serviço público, mas somente poderão adquirir efetividade no cargo se vierem a se submeter com êxito a concurso público. Stanislau pode acumular tais cargos públicos, mas deve ser observado o teto remuneratório constitucional quanto ao somatório dos ganhos percebidos em ambos os cargos, de modo que o excedente a tal limite seja descontado.
- D) Klaus não é considerado estável, já que, quando da promulgação da CF/88, não possuía pelo menos cinco anos continuados de efetivo exercício no serviço público. Trúcia é considerada estável no serviço público, já que, quando da promulgação da CF/88, possuía mais de cinco anos de exercício continuado no serviço público, mas somente poderá adquirir efetividade no cargo se vier a se submeter com êxito em concurso público. Stanislau pode acumular tais cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários, sendo afastada a observância do teto remuneratório constitucional quanto ao somatório dos ganhos do agente público auferidos em ambos os cargos.

**Questão 33**

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) menciona que lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na Lei, o município procederá à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

Após estes cinco anos, ocorrerá

- A) a desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- B) a transferência compulsória de propriedade para o Município, sem direito à indenização.
- C) perda do bem; em contrapartida, o proprietário receberá indenização prévia, justa e em dinheiro.
- D) consolidação da propriedade em favor do município, cabendo ao particular requerer na Justiça o seu direito de indenização.

**Questão 34**

Levando em consideração a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como a doutrina, no que tange à vigência e validade das leis, assinale a afirmativa correta.

- A) No direito brasileiro, por regra, a lei revogada não repristina por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- B) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.
- C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior, ainda que específica e compatível com a lei nova.
- D) A lei nova terá efeito imediato, uma vez entrando em vigência, respeitado a coisa julgada. Entretanto, pode atingir o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

**Questão 35**

Sobre os bens públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- B) Os bens públicos, desde que a sua posse seja anterior à Constituição de 1988, podem ser usucapidos.
- C) O uso comum dos bens públicos é gratuito, sendo vedado, expressamente, que exista retribuição pelo seu uso.
- D) Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação. Na forma que a lei determinar, os bens de uso especial podem ser alienados por ato discricionário do Poder Público, sem a modificação prévia da sua qualificação.

**Questão 36**

O Governo do Estado de Minas Gerais ajuizou uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra uma determinada lei do município de Pouso Alegre, por violar a Constituição do Estado de Minas Gerais, em norma repetida da Constituição Federal. O TJMG, através do seu órgão especial, julgou procedente o pedido, declarando a inconstitucionalidade da lei. O Presidente da Câmara Municipal requer da Procuradoria da Câmara uma posição sobre o que fazer. Neste sentido, assinale, a seguir, a opção que está correta juridicamente.

- A) A Câmara Municipal de Pouso Alegre não possui legitimidade ativa para qualquer recurso, salvo embargos de declaração, contra a decisão em tela do TJMG.
- B) A Câmara Municipal de Pouso Alegre, através do presidente da mesa e procurador da Câmara, possui legitimidade ativa, no caso, para a interposição de recurso especial para o STJ, uma vez que se trata de defender lei municipal em representação de inconstitucionalidade, visto que a norma violada está presente na Constituição do Estado de Minas Gerais.
- C) A Câmara Municipal de Pouso Alegre, através do presidente da mesa e procurador da Câmara, possui legitimidade ativa, no caso, para a interposição de recurso extraordinário para o STF, uma vez que se trata de defender lei municipal em representação de inconstitucionalidade, visto que a norma violada está presente tanto na Constituição do Estado quanto na Constituição Federal.
- D) A Câmara Municipal de Pouso Alegre, através do presidente da mesa e procurador da Câmara, possui legitimidade ativa, no caso, para a interposição de recurso interno em sentido estrito, para a Presidência do TJMG, uma vez que se trata de defender lei municipal em representação de inconstitucionalidade, visto que a norma violada está presente tanto na Constituição do Estado quanto na Constituição Federal.

**Questão 37**

O Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, em ato contrário ao regimento interno da Casa e da Lei Orgânica do Município, descumpriu uma norma relativa à eleição da mesa diretora da Câmara Municipal. Mesmo com os protestos de alguns vereadores, o que foi constado em ata, o Presidente manteve a sua escolha, contrariando as normas vigentes, para a escolha dos membros da mesa diretora. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) É cabível a impetração de Mandado de Segurança, contra o ato do Presidente da Câmara Municipal, por violação a direito líquido e certo dos Vereadores.
- B) É cabível Ação Civil Pública, a ser apresentada por algum dos munícipes, enquanto cidadão, não por qualquer Vereador, pela violação de norma municipal.
- C) É cabível a impetração de Mandado de Injunção, contra o ato do Presidente da Câmara Municipal, visto que devem ser aplicadas as normas regimentais existentes e vigentes.
- D) É cabível, apenas, recurso interno, na própria Câmara Municipal, visto que é pacífico o entendimento de que os atos *interna corpus* do Poder Legislativo são exclusivos à apreciação e deliberação do Plenário da Câmara, sendo incabível controle judicial.

**Questão 38**

Existem várias formas de Intervenção de Terceiros, no Direito Processual Civil, previstos na codificação presente. Sobre a temática, assinale a afirmativa correta.

- A) A denúncia à lide pode ser feita apenas pelo réu, nunca pelo autor; é cabível em qualquer Ação Petitória, com o intuito de manter o direito real sobre a coisa.
- B) A denúncia à lide pode ser feita, não sendo obrigatória, em relação aos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- C) A assistência litisconsorcial não obsta à parte principal o reconhecimento da procedência do pedido, a desistência da ação, a renúncia ao direito que funda a ação ou a transação sobre os direitos controversos.
- D) Na intervenção conhecida como *amicus curiae*, o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema, objeto da demanda ou repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada.

**Questão 39**

Com o objetivo de estimular a implantação e a expansão industrial, o governador de Estado-membro concedeu benefício fiscal para as empresas que se instalassem no território por ele administrado através do diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com a iniciativa, as beneficiárias só deveriam pagar o tributo após três anos. Nesta situação, a transferência da quota pertencente aos municípios sobre o produto da arrecadação do ICMS deverá ocorrer:

- A) Apenas quando há o efetivo recolhimento do tributo.
- B) Com base no valor escriturado que não se tornou receita pública.
- C) Em momento anterior à entrada do tributo no patrimônio do Estado.
- D) Mediante repasse da União através do Fundo de Participação de Municípios (FPM).

**Questão 40**

A Constituição Federal, ao estabelecer que compete ao município instituir o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), determinou limitações específicas para exercício de competência tributária. Existem inúmeras atividades desenvolvidas em uma cidade capazes de gerar a cobrança do imposto. Trata-se uma hipótese de incidência do ITBI a operação de

- A) aquisição de terreno baldio por entidade religiosa.
- B) transferência de bens e direitos decorrentes de fusão de pessoa jurídica que atua no setor têxtil.
- C) transmissão de bens imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital para constituição da empresa *holding*.
- D) alienação de bens e direitos decorrentes da incorporação de pessoa jurídica por adquirente que se dedica em caráter exclusivo à locação de bens imóveis.

**Questão 41**

José, empresário, residente e domiciliado no município de Pouso Alegre, após ter praticado o fato gerador de uma série de tributos, perdeu o controle sobre o cumprimento de suas obrigações com a Fazenda, tendo deixado de adimplir com o pagamento de diversas exações. A realização de procedimento administrativo fiscal prévio para inscrição do débito em dívida ativa não é exigível para:

- A) ISS.
- B) ITBI.
- C) IPTU.
- D) ITCMD.

**Questão 42**

Analise as afirmativas a seguir; marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” O referido dispositivo da Carta Magna enuncia o acolhimento do Princípio Republicano.
- ( ) O *status* de candidato a cargo eletivo é inerente à condição de pessoa humana participante de determinada sociedade, já que qualquer cidadão pode pretender um cargo eletivo.
- ( ) O sufrágio universal é a mais elevada expressão dos Princípios da Soberania Popular, da Democracia Representativa e da Igualdade.
- ( ) O Princípio do Voto Secreto pressupõe não só a pessoalidade do voto, mas também direito subjetivo do eleitor.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, F, V, V.
- D) V, V, F, F.

**Questão 43**

O Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM ostenta personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica, e goza de independência administrativa, autonomia financeira e estabilidade de seus dirigentes, nos termos da lei. À luz da Lei do IPREM (Lei Municipal nº 4.643/2007), é correto afirmar que:

- A) O IPREM poderá celebrar acordos administrativos ou judiciais, bastando a manifestação favorável do Conselho Deliberativo.
- B) A dívida ativa tributária e não tributária do IPREM será inscrita e cobrada nos termos do Código Tributário Municipal e demais dispositivos legais pertinentes.
- C) O servidor efetivo municipal cedido à União, Distrito Federal, Estados, Municípios e às entidades de Administração Indireta e fundações, ou que esteja ocupando cargo político, ficará vinculado ao regime de previdência do órgão para o qual está cedido.
- D) O Conselho Fiscal do IPREM será constituído de sete membros efetivos e igual número de suplentes e exigirá-se de seus membros comprovada experiência em exercício de atividade nas áreas: financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria.

**Questão 44**

O Poder Legislativo tem como objetivos fundamentais identificar os interesses da comunidade, dispor normativamente sobre eles, acompanhar e fiscalizar as ações do Executivo e desenvolver e difundir na comunidade a prática cotidiana da democracia. A Câmara e suas Comissões funcionarão com a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros. Na forma da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal votará nas seguintes hipóteses, **EXCETO**:

- A) Na eleição da Mesa.
- B) Quando houver empate, em qualquer votação no Plenário.
- C) Sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, de forma monocrática.
- D) Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

**Questão 45**

A Ordem do Dia é a fase da reunião na qual serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta. A pauta da Ordem do Dia será organizada pela Presidência ou pela Mesa Diretora, em horário pré-determinado e deverá ser disponibilizada aos gabinetes, pelo sistema eletrônico, com antecedência mínima de cinco horas do início da sessão. Sobre os processos de votação previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre (simbólico, nominal e por meio eletrônico), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O processo eletrônico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por dispositivo legal ou falta de equipamento.
- B) Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento nas reuniões itinerantes, a votação será feita pelo processo nominal.
- C) O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.
- D) O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem ou, na impossibilidade de fazê-lo, que se manifestem, procedendo, em seguida, à necessária contagem e à proclamação do resultado.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em **NENHUM** MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (um) parecer jurídico versando sobre temas relacionados aos conhecimentos específicos do respectivo cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 30 (trinta) linhas e máxima de 60 (sessenta) linhas. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Considere que os servidores efetivos da Câmara do Município Alfa manifestaram intenção de greve contra a aprovação de um Projeto de Lei que tramita na referida Casa Legislativa. O Projeto de Lei nº 999/2023, de iniciativa do Poder Executivo, estabelece que a contribuição previdenciária dos servidores municipais ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) passará a ser de 14%. Além disso, o Projeto de Lei prevê que o RPPS apenas arcará com os benefícios de aposentadoria e pensão por morte. Também determina que o teto máximo de benefício no RPPS será o valor correspondente ao teto do Regime Geral de Previdência Social. O Presidente da Câmara do Município Alfa realiza consulta à Procuradoria Legislativa para embasar suas decisões. Na condição de Procurador Legislativo, elabore um parecer bem delimitado contendo os aspectos formais: interessado; assunto; ementa; relatório sucinto; desenvolvimento; e, conclusão. Na fundamentação, não é necessário explicitar os dispositivos legais; porém, deverá ser demonstrado com clareza e objetividade o raciocínio jurídico que embasou a resposta.

- A) Manifeste-se sobre a constitucionalidade, em tese, do Projeto de Lei quanto aos seguintes aspectos: 1. majoração da alíquota; 2. limitação do rol de benefícios custeados pelo RPPS; e, 3. limitação dos benefícios ao teto do RGPS. Fundamente.
- B) É legítima a iniciativa do Projeto de Lei que, além de afetar os servidores do Poder Executivo, também alcança os servidores do Poder Legislativo? Responda e fundamente.
- C) Na hipótese de aprovação da lei, os benefícios previdenciários distintos de aposentadoria e pensão, devidos aos servidores do Poder Legislativo, serão pagos com recursos do duodécimo da Câmara Municipal? Responda e fundamente.
- D) Considerando que não há lei específica regulamentando o direito de greve dos servidores públicos, é legítima a paralização dos manifestantes? Responda e fundamente.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO



## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio; e, 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, bem como para o cargo de Procurador. Serão aplicadas Provas Discursivas para todos os cargos, sendo 1 (uma) redação para o cargo de nível médio; 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos para os cargos de nível superior (exceto Procurador); e, 1 (um) parecer jurídico para o cargo de Procurador.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados relativos à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.